



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	10830.001367/2007-14
<b>Recurso nº</b>	511.384 Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>2201-00.959 – 2<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	09 de fevereiro de 2011
<b>Matéria</b>	IRPF
<b>Recorrente</b>	DARCY CESPE BARBOSA
<b>Recorrida</b>	FAZENDA NACIONAL

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

Exercício: 2005

ERRO DE FATO - Improcedente a Notificação de Lançamento quando caracterizado o erro de fato do contribuinte no preenchimento de sua Declaração de Ajuste.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade dar provimento ao recurso. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

*(Assinado Digitalmente)*

Francisco Assis de Oliveira Júnior - Presidente.

*(Assinado Digitalmente)*

Eduardo Tadeu Farah - Relator.

Participaram do presente julgamento, os Conselheiros: Pedro Paulo Pereira Barbosa, Eduardo Tadeu Farah, Guilherme Barranco de Souza, Gustavo Lian Haddad e Francisco Assis de Oliveira Júnior (Presidente). Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

## Relatório

O presente processo trata-se de Notificação de Lançamento de fls. 09/13, relativo ao exercício de 2005, que se exige crédito tributário no valor total de R\$ 14.408,15, calculados até 28/02/2007.

A fiscalização, por meio de revisão da Declaração de Ajuste Anual do contribuinte, efetuou a glosa do imposto retido na fonte no valor de R\$ 8.121,72 e tributou o montante de R\$ 4.241,07 a título de rendimentos de aluguéis omitidos.

Cientificado do lançamento, o autuado apresentou Impugnação (fls. 01/04), alegando, que cumpriu com sua obrigação perante o Fisco e que o valor do imposto retido na fonte não deveria ter sido glosado, pois em função do regime de caixa, tal montante foi reconhecido no ano-calendário 2003. Em relação à omissão de rendimentos de aluguel, alega que sua esposa ofereceu os referidos rendimentos à tributação em sua Declaração de Ajuste, entregue separadamente.

A 6<sup>a</sup> Turma da DRJ – São Paulo/SP II julgou parcialmente procedente o lançamento, consubstanciado nas ementas abaixo transcritas:

### *GLOSA FONTE. RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS.*

*A glosa do valor do imposto de renda retido na fonte informado deve ser mantida, por se referir a rendimentos auferidos no ano-calendário anterior.*

### *OMISSÃO RENDIMENTOS DE ALUGUÉIS.*

*Há que se excluir da tributação os rendimentos provenientes de aluguel de imóvel já oferecidos à tributação na declaração de ajuste do cônjuge.*

### *Lançamento Procedente em parte*

Em relação ao julgamento de primeira instância, destaca-se:

(...)

*Quanto à tributação dos rendimentos de aluguéis no montante de R\$ 4.241,07 (fl. 11), cabe razão ao requerente e portanto não deve prevalecer, tendo em vista que sua esposa Celma Henrique Barbosa informou os rendimentos citados em sua declaração de ajuste, conforme documentos de fls. 26/28 e DIRPF de fls. 29/32.*

(...)

Intimado da decisão de primeira instância em 13/04/2009 (fl. 64), Clóvis Prado Galuppo apresenta Recurso Voluntário em 12/05/2009 (fls. 65/76), sustentando, essencialmente, os mesmos argumentos postos em sua Impugnação, sobretudo que por equívoco relacionou em sua Declaração de Ajuste/2005 um valor superior ao efetivamente recebido do Comando do Exército, CNPJ: 00.394.452/0533-04.

É o relatório.

**Voto**

Conselheiro EDUARDO TADEU FARAH, Relator

O recurso é tempestivo e reúne os demais requisitos de admissibilidade, portanto, dele conheço.

Impende inicialmente ressaltar que a controvérsia essencial, nesta segunda instância, cinge-se em saber qual é o montante de deveria ter sido declarado pelo contribuinte, relativamente à fonte pagadora Comando do Exército, CNPJ: 00.394.452/0533-04, no ano-calendário de 2004.

Em seu instrumento recursal alega o suplicante que consignou em sua Declaração de Ajuste, relativa ao ano-calendário 2004, o rendimento de R\$ 63.760,00 com R\$ 18.934,00, referente ao imposto de renda retido na fonte, contudo, o montante correto que deveria ter sido informado era de R\$ 9.056,72 com R\$ 935,64, relativo ao IRRF.

Pois bem, compulsando-se os autos, mais precisamente a DIRF - Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte retificadora (fl. 58) verifico, pois, que o valor correto informado pelo Comando do Exército, relativo ao rendimento decorrente do trabalho assalariado do ano-calendário 2004, representou o montante de R\$ 18.934,00 com R\$ 935,64 atinente ao IRRF e não o valor erroneamente lançado pelo contribuinte em sua DIRPF/2005.

Além do mais, a 2<sup>a</sup> via do Comprovante de Rendimentos Pagos e de Retenção do Imposto de Renda na Fonte (fl. 77), expedido pelo Ministério da Defesa - Exército Brasileiro - SEF - CPEx não deixa qualquer dúvida que o total de rendimentos bruto recebido pelo recorrente, no ano-calendário 2004, representou a quantia de R\$ 18.934,00 com R\$ 935,64, relativo ao IRRF.

Isto posto, por ser direito, voto no sentido de DAR provimento ao recurso.

*(Assinado Digitalmente)*  
Eduardo Tadeu Farah



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
**SEGUNDA CÂMARA DA SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

Assinado digitalmente em 03/03/2011 por EDUARDO TADEU FARAH

FARAH

Autenticado digitalmente em 03/03/2011 por EDUARDO TADEU FARAH

Emitido em 19/04/2011 pelo Ministério da Fazenda

**Processo nº:** 10830.001367/2007-14

**Recurso nº:** 511.384

*TERMO DE INTIMAÇÃO*

Em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 81 do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aprovados pela Portaria Ministerial nº 256, de 22 de junho de 2009, intime-se o (a) Senhor (a) Procurador (a) Representante da Fazenda Nacional, credenciado junto a **Segunda Câmara da Segunda Seção**, a tomar ciência do **Acórdão nº 2201-00.959**.

Brasília/DF, 09 de fevereiro de 2011

---

FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA JUNIOR  
Presidente da Segunda Câmara / Segunda Seção

Ciente, com a observação abaixo:

- (.....) Apenas com ciência
- (.....) Com Recurso Especial
- (.....) Com Embargos de Declaração

Data da ciência: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Procurador(a) da Fazenda Nacional